

VISÃO DO CORREIO

Rara unanimidade

Não existe meia gravidez. Da mesma forma, não existe meio tombamento. Se a cidade faz parte do patrimônio cultural, submete-se a normas rígidas impostas para sua preservação. Não há espaço para concessões. Ceder aqui ou ali significa descer do pedestal e, no rés do chão, abdicar do privilégio de ser a melhor entre as melhores.

A observação vale para Brasília. Com indesejável frequência, o tombamento da capital vê-se ameaçado por medidas que lhe põem em risco a integridade. É o que se verifica agora. O governador Joaquim Roriz encaminhou à Câmara Legislativa projeto de lei que autoriza a alienação de 49 terrenos no Plano Piloto onde deveriam ser instalados equipamentos públicos.

São áreas com destino e finalidade claramente definidos. Reservam-se à construção de escolas-parques, clubes de vizinhança e quadras de esporte. Seguem o princípio que norteou o traçado do Plano Piloto — a qualidade de vida e a unidade de vizinhança. Ali, concluídas as construções, a comunidade terá os indispensáveis espaços de lazer e de complemento da educação fundamental.

Para justificar a proposta, o Executivo alega a ociosidade dos lotes por mais de quarenta anos. Faltariam recursos para construir e administrar as obras. Vazios, os lotes constituiriam convite a assaltos e reunião de malfetores capazes de pôr

em perigo a segurança da população.

Os argumentos não convencem. A gestão pública se caracteriza por administrar recursos escassos. O governo estabelece as prioridades capazes de propiciar maior retorno para a sociedade. Investir na qualificação dos estudantes — aprofundando-lhes os universos da arte e do esporte — traz respostas benéficas tanto para o jovem quanto para a comunidade. Ocupar as mentes infantis e juvenis com atividades saudáveis e criativas significa afastá-las das drogas e da violência. O investimento compensa.

Mais. O Estatuto das Cidades, recentemente sancionado pelo presidente da República, vem de encontro ao raciocínio do GDF. Terrenos baldios sofrerão taxaço tão pesada que será inviável mantê-los. Com isso, os proprietários de projeções no Plano Piloto não terão saída. Ou constroem, ou se desfazem do imóvel.

O projeto mereceu rara unanimidade. Foi mal recebido pelos brasilienses, por parlamentares, empresários e integrantes do Ministério Público. Diante do repúdio geral, a Câmara Legislativa tirou-o de pauta. Foi decisão sensata. Mas, para que se vincule de forma consistente com os interesses da população, impõe-se que os parlamentares desistam em definitivo de mudar o regime de propriedade dos espaços públicos. No caso, a preocupação é fundamental. De um lado, para preservar áreas com explícita destinação social. De outro, para respeitar o tombamento da cidade.